

Abel Rodrigues¹

O Gabinete do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1804-1808). Análise da produção informacional

R E S U M O

O presente trabalho incide sobre o Arquivo do Conde da Barca, também conhecido por “Fundo Barca-Oliveira”. António de Araújo de Azevedo, conde da Barca (1754-1817), foi Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra entre 1804 e 1808. Durante esse tempo, produziu e acumulou vasta informação oficial que se encontra cristalizada no seu arquivo, desprovida do contexto originário de produção. No intuito de fixar os contextos e compreender a emergência e o estabelecimento dos complexos fluxos informacionais, recorremos a um estudo interdisciplinar que convoca a História e a Arquivística, disciplina aplicada da Ciência da Informação.

Introdução

O presente artigo condensa um capítulo da Dissertação de Mestrado intitulada “Entre o Público e o Privado: a génese do Arquivo do Conde da Barca (1754-1817), defendida em Abril de 2008 no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (RODRIGUES, 2007b).

Neste trabalho pretendemos analisar a produção informacional de António de Araújo de Azevedo, futuro Conde da Barca, no desempenho do cargo de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, nas vésperas da partida da Corte para o Brasil, ocorrida em Novembro de 1807.

Entre 1804 e 1808, António de Araújo produziu, recolheu e acumulou vastíssima informação oficial, que conheceu tramitação efectiva no expediente da Secretaria de Estado, e que hoje se encontra conservada no seu arquivo, desprovida do contexto originário de produção.

Através de estudo interdisciplinar que convoca a História e a Arquivística, disciplina aplicada da Ciência da Informação, tentamos compreender a manutenção desta documentação num arquivo privado, entender os procedimentos arquivísticos realizados *a posteriori* e que condicionaram o acesso a esta informação, e finalmente erguer uma representação alternativa, fixando os contextos originários da informação e os os fluxos informacionais.

1. O “Fundo Barca-Oliveira”: o empirismo arquivístico

O Arquivo do Conde da Barca, também conhecido por “Fundo Barca-Oliveira” deu entrada na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga, provavelmente em 1926 (RODRIGUES, 2007b).

Em 1968, ao abrigo do despacho de 28 de Dezembro que permitiu interditar à consulta pública a documentação necessária para teses de doutoramento, Nuno Daupías de Alcochete – primeiro como bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian e, depois, do Instituto Português do Património Cultural – iniciou um processo de inventariação que visava a edição de um catálogo “monumental” dos manuscritos “Barca-Oliveira”, o qual não seria terminado por razões várias. Desta intervenção brotou um primeiro inventário dactilografado que, não obstante as suas deficiências técnicas, serviu de instrumento de acesso aos utilizadores que ansiavam pelo acesso àquela extraordinária documentação sobre o ocaso do Antigo Regime.

¹ Mestre em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea. Arquivista na Fundação da Casa de Mateus.

A descrição e a organização dos documentos do “Fundo Barca-Oliveira” deixavam antever uma amálgama de conceitos e técnicas arquivísticas fortemente influenciadas pela óptica do arquivista-historiador, tendo obedecido a uma lógica puramente dedutiva, assente na criação de categorias temáticas como o pessoal, o oficial, o literário e o científico. A disposição física dos documentos reflectiu esse mesmo critério, criando secções artificiais e até uma duplicação de cotas, conforme se deduz da seguinte tabela:

Tabela 1 – “Fundo Barca-Oliveira” – Distribuição física dos documentos	
Caixas	Conteúdo
• 1 – 15	• Conde da Barca: Correspondência particular
• 1 – 5	• Conde da Barca: Diplomata
• 6 – 12	• Conde da Barca: Ministro
• 13	• Conde da Barca: Conselheiro de Estado
• 14 – 15	• Conde da Barca: Ministério
• 16	• Conde da Barca: Memórias
• 17	• Conde da Barca: Diplomata e Ministro
• 18 – 19	• Conde da Barca: Oficial – Brasil
• 20 – 34	• [Caixas inexistentes]
• 35 – 40	• Conde da Barca: Oficial – Memórias
• 41	• Conde da Barca: Produção literária
• 42	• Conde da Barca: Biblioteca
• 43	• Conde da Barca: Biblioteca e Mercês
• 44 – 45	• Conde da Barca: Administração de bens
• 46-47	• Colecção de cartas de Francisco José Maria de Brito
• 48	• [Caixa inexistente]
• 49	• Arquivos de Francisco António de Araújo , de António de Araújo e de António Fernando (Abade de Lóbrigos)
• 50-51	• Conde da Barca: Oficial
• 52	• Cartas de Francisco José Maria de Brito
• 53-54	• Conde da Barca: Biblioteca
• 55-61	• Arquivo de João António de Araújo de Azevedo
• 62	• Conde da Barca: Legislação brasileira
• 63	• “Papéis” de Tomás Vicente Cabeças de Sousa

Centremo-nos exclusivamente nos documentos do conde da Barca. A disposição física dos documentos nas caixas acima referidas revela que os conceitos aplicados na descrição aniquilaram qualquer noção de organicidade ao advogar a criação de “conjuntos” documentais artificiais (a omissão de termos como secção, subsecção e série é intencional) baseadas em critérios tipológicos e temáticos, destacando-se dentro destes os acontecimentos históricos de grande notoriedade como “Preparativos militares do país”, “Partida da Corte para o Brasil”, “Invasão de Portugal”, “Tratados de comércio com a Inglaterra de 1809 e 1810”, entre outros.

Para além disto, os documentos foram desprovidos dos vários contextos e microcontextos do seu natural produtor e receptor, assistindo-se, também, à separação física de documentos compostos e de processos. Convém referir que nenhum paradigma arquivístico contemplou tais práticas e que esta organização fere, até, os princípios fundamentais da Arquivística “clássica” como o da proveniência e o da ordenação original. A filosofia que esteve subjacente a este “arranjo” cai por terra se tivermos em atenção que os contextos em que se movimenta António de Araújo enquanto morgado, diplomata, ministro ou conselheiro de Estado, não são necessariamente os mesmos. E, neste pressuposto, não podem ser olvidadas as motivações e os efeitos de uma produção documental que está intimamente ligada à preponderância do contexto envolvente.

Os exemplos do que se acaba de referir são variados:

- desmembramento do documento composto, formado por uma carta de Charles Fraser, e uma memória intitulada *Cursory observations on Brazil* (...): a carta integrou a correspondência particular, enquanto a memória permaneceu na secção “Oficial-memórias”;
- a carta de José Egidio Álvares de Almeida, secretário particular do Príncipe Regente, datada de 19 de Março de 1814 foi colocada na “Correspondência Particular” e afastada da extensa série de cartas que o mesmo autor enviou a Araújo entre os anos de 1806 e 1807;
- a correspondência dita “oficial” do conde de Vila Verde, Ministro do Reino, para António de Araújo de Azevedo, composta por cerca de 136 cartas e avisos permaneceram na caixa 7 – “Ministro”, enquanto que o aviso de 6 de Junho de 1804, que nomeia Araújo para Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, e que necessariamente sanciona aquela correspondência, foi “desviado” para a Secção “Mercês” localizada na caixa 43;
- as cartas patentes referentes à carreira diplomática de Araújo passaram a integrar a caixa 43, enquanto que os despachos de Luís Pinto de Sousa, ministro dos Negócios Estrangeiros, que são o veículo das primeiras, permaneceram distribuídos pelas caixas 2 e 3; e,
- a distinção entre o particular e o oficial nas cartas de D. Rodrigo de Sousa Coutinho que foram divididas em duas partes, ficando uma na correspondência particular e outra na caixa 18 – “Brasil-Oficial”.

O caso mais paradigmático foi, sem dúvida, o de Sebastião José de Arriaga Brum da Silveira, oficial de artilharia durante a Guerra Peninsular, que com a carta de 24 de Setembro de 1811 remeteu a António de Araújo um processo composto por atestações e outros documentos referentes aos seus serviços no intuito de *ganhar alguma estima de pessoas de mérito como V. Ex^a* (ADB/UM-1.2.2.25). Esse processo formado por trinta documentos numerados, dispostos por ordem sequencial e fisicamente unidos por uma linha foi decomposto e os seus documentos distribuídos por várias caixas seguindo um critério tipológico.

Por outro lado, é de referir também que a constituição da “série “Correspondência Particular”, com mais de 2000 documentos retirados de várias caixas, teve por base uma avaliação da estrutura formal dos documentos que permitiu reconhecer nos mesmos um cariz estritamente pessoal. Outra das motivações, deduzimos, residiu na intenção de agregar um vasto conjunto de nomes, glorificados pelas suas vivências e pela historiografia posterior, dos quais se destaca alguns exemplos das Belas Letras, como a marquesa de Alorna e Filinto Elísio; das Belas Artes como Francisco Bartolozzi, Francisco Tomás de Almeida, Gregório Francisco de Queirós e Henry l’Evêque; das Ciências, como o abade Correia da Serra, Félix de Avelar Brotero e o barão de Eschwege; das armas como o 3.º marquês de Alorna, Gomes Freire de Andrade, William Carr Beresford e o conde de Goltz; da política e diplomacia, como Martinho de Melo e Castro, o conde das Galveiras, o marquês de Marialva, o conde de Palmela, António de Saldanha da Gama, Rodrigo Navarro de Andrade, Cipriano Ribeiro Freire, Lord Robert Fitzgerald, Lord Holland, Charles Maurice de Talleyrand e o duque de Luxemburgo; da Igreja, como D. Gaspar de Bragança, D. Frei Manuel do Cenáculo e D. Mateus de Abreu Pereira, do comércio e indústria, como Jácome e Diogo Ratton e o barão de Quintela; e até de instituições como Junta da Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.

Assim, foi com esta estrutura que o “Fundo Barca-Oliveira” chegou até aos nossos dias.

Em 1970, o acervo mantinha-se acondicionado em sala própria e continuava a captar as atenções dos investigadores portugueses e estrangeiros que aguardavam pela edição do respectivo inventário completo. O “fundo Barca-Oliveira” era então descrito de forma imprecisa e estava dividido em quatro núcleos:

- 1) a biblioteca – composta por 1300 títulos portugueses, franceses e em outras línguas, sobretudo referentes à Revolução Francesa, Guerras Napoleónicas e lutas em Portugal;
- 2) volumes de Manuscritos – que ainda estavam em catalogação;
- 3) caixas de documentação – que estavam somente colocados em maços dentro de caixas;
- 4) colecção de estampas – 58 “quadros” ou estampas, que ocupam metade das paredes da sala.

Com a criação da Universidade do Minho, em 1974, o Arquivo Distrital de Braga e a Biblioteca Pública foram dissociados um do outro e incorporados na novel Academia como suas unidades culturais.

A mudança reflectiu-se no “Fundo Barca-Oliveira” que sofreu uma separação: os manuscritos ficaram à guarda do A.D.B./U.M., enquanto os impressos permaneceram sob a custódia da B.P.B./U.M., conforme sugeria a natureza de cada um destes serviços.

Na sequência dos trabalhos arquivísticos que marcaram o quotidiano do Arquivo Distrital nos anos epigonais, os manuscritos do “Fundo Barca-Oliveira” integraram o quadro de classificação da instituição, primeiro, como “arquivo de função” e, depois, como arquivo “diplomático” dentro do grupo “Arquivos Privados e Semi-Públicos”.

Sessenta anos depois da incorporação do fundo e perante as inúmeras solicitações de vários investigadores, a Reitoria da Universidade do Minho, pelo despacho de 9 de Maio de 1986, ordenou a elaboração de um inventário simples tendo em vista a sua disponibilização imediata à consulta pública. Este inventário, realizado de forma muito sucinta, debateu-se com as dificuldades geradas pelas intervenções dos anos 60 e 70. Assim sendo, a extensão e riqueza informativa dos documentos do conde da Barca consignaram-lhe uma posição dominante face aos “papéis” dos seus antepassados, irmãos e sucessores na Casa. Foi, então, identificado um grande núcleo documental o “Fundo do conde da Barca” composto pelas secções “Actividade diplomática”, “Actividade política”, “Correspondência particular”, “Livreria” e “Papéis pessoais”. Dentro destes “Papéis pessoais” encontravam-se vários subfundos pertencentes aos irmãos e ao sobrinho do conde da Barca e, ainda, o Cartório da Casa de Sá e uma “Vária” composta por documentos de Tomás Vicente Cabeças de Sousa, por cartas de Francisco José Maria de Brito e por uma colecção de gravuras.

A realização do inventário de 1986 simbolizava, simultaneamente, o (re)início da cedência do acervo à consulta pública, mas também o fim de um ciclo do “Fundo Barca-Oliveira”.

Novamente na ordem do dia, o conjunto documental seria, desde então, alvo de uma inovadora abordagem protagonizada por Armando Malheiro da Silva que, reconhecendo a existência de documentação produzida a montante e a jusante do conde da Barca, não hesitou em classificá-lo como um arquivo de família.

2. O contributo da Ciência da Informação

O trabalho de descrição documental foi retomado por nós em 2001. A imperiosa necessidade de se disponibilizar à consulta pública a totalidade do acervo impôs a obrigatoriedade de se completar a descrição, ao nível do catálogo, tendo por base a estrutura delineada no referido inventário simples. A descrição peça a peça implicou a reconstituição das séries documentais no sentido inverso àquele que deve ser utilizado na descrição arquivística, ou seja, do particular para o geral.

A “Correspondência particular” do conde da Barca foi o campo da acção. Tratava-se de uma série artificial composta por documentos de diversas tipologias como cartas, requerimentos e representações, balizados cronologicamente pelos anos de 1788 e 1817. Desfeita a sua localização topográfica natural, bem como os vínculos orgânicos, a solução imediata passou por um esforço de restituição dos anexos ao documento matriz, procedendo-se à reconstituição dos documentos compostos e dos processos. Foram reunidos os documentos do mesmo autor, dando origem a processos epistolográficos encabeçados pelo último apelido dos autores das cartas, os quais foram, depois, ordenados alfabeticamente segundo as convenções em vigor. Mas, durante a descrição catalográfica da “Correspondência Particular”, foram sendo identificados diversos contextos da vida do receptor desses documentos e, ao mesmo tempo, foi emergindo a noção de que a manutenção desta estrutura promovia a colisão de estatutos, de dinâmicas e de vivências do conde da Barca. Tal efeito revelava-se verdadeiramente nefasto e um verdadeiro obstáculo à compreensão do fenómeno de produção informacional ao desprover os documentos de um contexto envolvente. Numa análise prospectiva, a manutenção deste critério podia criar dificuldades no acesso à informação e à problematização histórica do acontecimento pelos utentes do ADB/UM.

A solução passou pela ruptura com as noções impostas pela Arquivística “clássica”, essencialmente incorporacionista e descritiva, concebida como uma disciplina auxiliar da História, que possuía as suas raízes no historicismo e positivismo emergentes a partir de meados do século XIX.

Tal medida, implicava, antes de mais, um afastamento do conceito de “fundo” criado por Natalis de Wailly para o tratamento descritivo *a posteriori* e que, portanto, coloca a tónica na descrição dos documentos tendo por base o seu valor secundário. A nossa abordagem passou a incidir na compreensão dos mecanismos que estiveram na base da produção informacional, sendo que para tal foi necessário interpretar o valor primário dos documentos em detrimento do secundário (ROSSEAU, 1998:117-118; PEIXOTO, 1995:41-51).

Antes de se iniciar a descrição foi necessário fazer uma análise das necessidades, diagnosticar os problemas e definir um programa de tratamento da informação assente no método quadripolar de Paul de Bruyne, J. Herman e M. De Schoutheete, conforme é defendido pela Ciência da Informação (SILVA, 1999:217-226).

A descrição catalográfica assentou na interdisciplinaridade que convoca a História e a Arquivística, esta enquanto ramo teórico-prático de uma Ciência da Informação que

[...] investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que regem o fluxo informacional e os meios de processamento de informação para a optimização do acesso e uso. Está relacionada com um corpo de conhecimento que abrange origem, colecta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transformação e utilização da informação (BORKO, *Apud* SILVA, 2004:23).

Portanto, é a acção humana e social que gera e contextualiza a informação registada ou codificada num suporte, a qual está intrinsecamente ligada ao binómio informação/comunicação (SILVA, 2006:81-109), sendo por isso dinâmica, quantificável, reprodutível e transmissível (SILVA, 2002:42). Logo, a informação encontra-se intimamente ligada à preponderância do contexto envolvente e aos objectivos da acção. Neste sentido, importa referir que contexto é um conceito operativo que se define como

uma unidade agregadora de elementos materiais (um edifício, um ou mais aposentos quaisquer que constitui cenário para a acção info-comunicacional), tecnológicos (mobiliário, material de escritório, computadores com ou sem ligação à Internet, etc.) e simbólicos (o estatuto e os papéis desempenhados pelas pessoas ou actores sociais) que envolvem o(s) sujeito(s) de acção info-comunicacional através de momentos circunstanciais delimitados cronologicamente (situação). Engloba dois tipos essenciais: o orgânico e o efémero. O contexto orgânico pode ainda ser institucional (em que a unidade agregadora é determinada estruturalmente por uma instituição pública ou privada, mas com aparelho político administrativo) e informal (em que a unidade agregadora é determinada estruturalmente por entidades individuais e colectivas, sem ou com reduzido aparato burocrático e de génese e extinção rápidas. (SILVA, 2006:144-145).

Retomámos, então, a descrição documental incidindo sobre o cartório da Casa de Sá, onde foram encontrados documentos produzidos pelos antepassados e pelos sucessores do conde da Barca. Assim sendo, não se podia verificar a primazia de um fundo documental sobre os demais subfundos, baseada unicamente no valor quantitativo e qualitativo da informação que cada um deles encerra. Esta noção implicava a validação de uma estrutura interna do arquivo que consagrava, efectivamente, uma hierarquia e uma subsidiariedade artificiais, porque inorgânicas, de um arquivo que foi sendo produzido ao longo dos séculos por uma entidade familiar na prossecução de objectivos concretos.

Portanto, as nossas atenções derivaram imediatamente para a entidade produtora dessa documentação: os Araújo de Azevedo, da Casa de Sá, em Ponte de Lima, família nobre com raízes medievais na Galiza, que a partir de quatrocentos se estabeleceu no Entre Douro e Minho, mais concretamente em Ponte da Barca, Arcos de Valdevez e Ponte de Lima, e que recorreu ao instituto vincular como estratégia de conservação e de aquisição de património. Na verdade, a existência e a persistência de documentação produzida entre os anos de 1479 e 1875 por membros da família comprova, objectivamente, a utilidade da documentação que foi sendo produzida, acumulada, salvaguardada e recuperada na prossecução de objectivos tanto individuais como colectivos. Assim, o pólo estruturante da documentação cristalizada no suporte é a família. Neste sentido, consentindo na existência de uma permanente correlação entre as partes (os membros) e o todo (a família), emergiu a orgânica familiar que sustenta a estrutura interna de um Sistema de Informação que se entende como *uma totalidade formada pela interacção dinâmica das partes, ou seja* [que] *possui uma estrutura duradoura com um fluxo de estados no tempo* (SILVA, 2006:162).

O passo seguinte consistiu na restituição virtual ao contexto originário de produção de toda a documentação existente no acervo, providenciando-se, assim, a metamorfose do “Fundo Barca-Oliveira” em Sistema de Informação Família Araújo de Azevedo.

À medida que foi sendo realizado o recenseamento da totalidade dos documentos, efectuou-se, também, o levantamento genealógico dos Araújo de Azevedo, tendo por base os nobiliários editados. A genealogia permitiu a evolução estrutural da família reconhecer e as vivências de cada um dos seus membros, num permanente desenvolvimento e aperfeiçoamento de estratégias relacionadas com a conservação, reprodução e protecção socio-económica da mesma. E por outro lado, serviu de base ao primeiro instrumento/ produto da nossa abordagem: o quadro orgânico-funcional do Sistema de Informação Família Araújo de Azevedo, no qual estão identificadas as dez secções referentes a outras tantas gerações produtoras de informação. Dentro destas secções, identificadas

pelos apelidos em uso, assinalamos as subsecções das quais a primeira corresponde ao casal administrador das propriedades familiares; a segunda ao marido (destinando-se a englobar toda a documentação produzida até ao momento do casamento); a terceira, com as mesmas características, à esposa; e as subsequentes aos irmãos/cunhados. Cada uma destas subsecções são identificadas pelos nomes completos dos produtores de informação e pelas suas datas de nascimento e de óbito (RODRIGUES, 2007a).

Por outro lado, durante a descrição documental observamos, também, a existência de documentos produzidos por outras entidades familiares com dinâmicas e orgânicas próprias, as quais devem ser entendidas como subsistemas de informação. A existência destes documentos na Casa de Sá pode ser comprovada de duas formas: pela realização de alianças matrimoniais que, não raras vezes, são o pretexto para a incorporação de dotes no património da família receptora e cuja posse é validada pela documentação que acompanha esse capital simultaneamente económico e simbólico; e pela doação de propriedades por elementos exteriores ao ramo principal da família que são legitimadas por instrumentos jurídicos como escrituras de doação, testamentos, etc. (DURÃES, 1992).

O passo seguinte consistiu na concepção de uma base de dados, baseada no instrumento de descrição multinível ISAD-G, com as alterações propostas por Armando Malheiro da Silva (2004:35), que permitiu normalizar a descrição documental e fazê-la convergir para uma única estrutura estabelecida pela dinâmica familiar imposta pelos documentos constantes no Cartório da Casa de Sá.

Assim, da nova estrutura orgânica do Sistema de Informação Família Araújo de Azevedo, surgiu o conde da Barca como Subsecção 08.01. Antes de (re)debruçarmo-nos sobre os documentos do diplomata e ministro, foi necessário proceder à recolha e análise crítica de toda a bibliografia passiva de António de Araújo de Azevedo, de forma a identificar as suas múltiplas vivências e balizar cronologicamente o desempenho dos diversos e, por vezes, concomitantes cargos públicos. Assim, identificamos diversos contextos, sendo de salientar, o Morgado e Administrador de Propriedades, o Homem de Letras, o Enviado Extraordinário na Haia (1787-1802), o Ministro Plenipotenciário em Paris (1796-1798), o Ministro Plenipotenciário em São Petersburgo (1802-1803), o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1804-1808; 1815-1817), o Ministro do Reino (1807-1808; 1817), o Ministro e Secretário de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos (1814-1817), o Conselheiro de Estado (1807-1817), e o Presidente da Real Junta do Comércio (1807; 1817), (ver Quadro 1).

Para descortinar não só o encaixe da documentação pessoal na familiar como, também, para respeitar os vários contextos em que foi produzindo e recolhendo a documentação existente, foi necessário recorrer à *organicidade pessoal* que assenta na *infância, adolescência/juventude e na adultez/velhice* (SILVA, 2004:34). Daqui emergiu uma complexa estrutura orgânica que requereu permanentemente a avaliação dos contornos formais dos documentos, de forma a providenciar a distinção entre os documentos de natureza privada e os documentos de natureza pública, estes produzidos no âmbito das suas funções.

A grande questão que se colocava era, na verdade, a de se distinguir, dentro de cada uma das subsubsecções atrás descritas, quais os documentos que deviam ser integrados no Sistema de Informação e quais os que deviam ser restituídos aos subsistemas “de função”. A questão é assaz complexa, porquanto no Antigo Regime as práticas inerentes a cada uma das funções era fortemente condicionada pela tradição que permitia ao detentor dos cargos públicos assistir o expediente em sua casa.

Um rápido olhar pelo *Almanach do anno de 1807* demonstra inequivocamente o que acabamos de referir. Veja-se, por exemplo, a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e a grande dispersão geográfica do seu pessoal com o ministro a assistir *em Belém*, o oficial maior ao *Bom Successo*, o oficial de línguas na *Rua da Cruz*, e os oficiais *na rua da Cruz em Alcântara*, *na Junqueira*, *ao Livramento*, *na Calçada da Ajuda*, entre outros.

Numa sociedade hierarquizada como a do Antigo Regime, em que se assiste a uma permanente defesa de privilégios e ao desenvolvimento de prática conducentes à manutenção do estatuto, o detentor de cargos oficiais tem tendência para acumular documentação relacionada com o desempenho de funções, como cartas, requerimentos, etc., que nunca chegaram a tramitar no expediente da secretaria.

Ora, esta situação fez com que hoje seja possível encontrar muitos documentos de natureza privada em fundos públicos e muitos documentos de natureza oficial permanecessem nos arquivos privados dos detentores dos cargos (SILVA, 1997), desconhecendo-se se a estas práticas estavam subjacentes ordens oficiais ou a mera casualidade.

No caso da diplomacia, a situação parece ter sido flagrante, pois o diplomata era o responsável pela guarda e pela passagem do arquivo da legação e demais bens ao seu sucessor e no caso da inexistência deste deveria

conservá-los em seu poder. Podemos considerar que existiu uma certa “promiscuidade” entre o público e o privado que agrediu uma linha demasiado ténue mas que, todavia, era existente.

No caso do desempenho de cargos ministeriais a questão adensa-se, pois, em Novembro de 1807, quando se procede à transferência da corte para o Brasil, foi o próprio ministro e secretário de Estado o responsável pela arrumação e pelo encaixotamento dos documentos e outros bens pertencentes à Secretaria de Estado, bem como, pelo seu transporte para o Brasil (SCWARCZ, 2002:210). Já depois da chegada aos trópicos, seria o novo Ministro e Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a solicitar a António de Araújo a devolução da cifra grande que servia na Secretaria de Estado (ADB/UM – 1.2.1.2), a entrega no Arquivo Militar de todos os mapas pertencentes ao Arquivo de Lisboa (ADB/UM – 1.2.1.3), ou até sugerir, com alguma ironia, que

Não se achando registada nos livros respectivos, que se remetterão para esta Secretaria de Estado, a correspondência de Paris e Madrid de 1807 até ao momento da retirada de S. A.R. para este continente, que necessariamente há-de ser interessante; e convido muito que ella aqui exista, tenho de rogar a V. Ex.^a queira remetter-me estes papeis no cazo que ainda os conserve em seu poder (ADB/UM – 1.2.1.4).

Como já aqui referimos, a distinção entre documentos privados e públicos é ténue mas existe. A coexistência de ambos no Arquivo do conde da Barca impõe a necessidade de se proceder à análise da estrutura formal do texto, documento a documento, recorrendo ao contributo da Diplomática, para se poder distinguir entre os que são de foro privado e os que conheceram tramitação no expediente dos organismos onde desempenhou tarefas. Dessa distinção, resulta a redistribuição virtual dos documentos particulares pelas várias subsecções e subsubsecções do Sistema de Informação e a restituição dos documentos que tramitaram nos organismos em que prestou funções pelos subsistemas de informação “de função”, que serão descritos organicamente atendendo ao enquadramento administrativo que estava devidamente instituído e regulamentado pelas instruções, normativas e pela legislação em vigor ao tempo do exercício dessas funções.

2. O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e as suas competências (1804-1808).

O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra era o vértice superior de uma pesada máquina burocrática encarregue de gerir simultaneamente as relações diplomáticas com os Estados estrangeiros e o aparelho militar português [LOURENÇO (s.d.), MACEDO (s.d.), MERÊA (1964)].

Segundo o cardeal da Mota, a criação da Secretaria dos Negócios Estrangeiros era imprescindível mas como

estes por si só não occupão entre nós huma Secretaria, e a elles pertencem Tratados de Paz e guerra e commercio exterior, lhe uno o expediente da Guerra ou da milicia, que ainda em tempo de paz dá que fazer a dois tribunaes, a saber, o Conselho de Guerra e Junta dos Três Estados; e assim as Consultas de ambos, Despachos de Mercês de Militares e mais requerimentos desta qualidade e da Administração das Vedorias, Hospitaes, Fortificações, etc., devem correr pela primeria Secretaria (Apud BRAZÃO, 1976:57).

Nas palavras do mentor da reforma das Secretarias de Estado nota-se a ténue linha divisória entre o expediente dos Negócios Estrangeiros e o da Guerra. Esse será um ponto fulcral na organização do expediente desta Secretaria de Estado.

Com efeito a análise da produção informacional deste órgão da administração central implica que se conheça o seu correcto posicionamento na estrutura do Gabinete, bem como a sua orgânica. Desde a criação desta Secretaria de Estado, as únicas alterações dignas de registo, ao nível do seu enquadramento no ministério e do cumprimento das suas competências, ocorrem em 1787 quando foi desdobrada temporariamente em duas repartições entregues em regime de interinato Ministro da Marinha (os Negócios Estrangeiros) e ao Secretário dos Negócios do Reino (os Negócios da Guerra), (MERÊA, 1964:183, nota 36). Já depois da viragem do século, mais propriamente a 6 de Janeiro de 1801, verifica-se nova cisão, sendo Secretaria da Guerra entregue ao duque de Lafões, que acumulava com o cargo de ministro Assistente ao Despacho, e os Negócios Estrangeiros a Luís Pinto de Sousa, visconde de Balsemão nesse mesmo ano. No entanto, a alteração orgânica duraria pouco tempo, pois pelo aviso de 23 de Junho do mesmo ano voltou-se a unir os dois expedientes (MERÊA, 1964:187).

Mas se o posicionamento da Secretaria de Estado na estrutura governativa não sofreu grandes alterações até ao Vintismo, a verdade é que internamente houve um claro esforço de adequação às necessidades do seu objecto de gestão e à maior produção informacional decorrente da crescente burocratização do serviço.

A Secretaria de Estado estava dotada de uma secretaria, por onde corria o expediente das duas áreas referidas, permitindo o influxo de toda a documentação produzida pelos órgãos que estão na sua dependência, como também garantia a produção e a remessa dos documentos de carácter oficial nos sentidos ascendente, descendente e horizontal. Em 1807, era composta um oficial maior, um oficial maior graduado e um oficial de línguas; 20 oficiais (contando com os que estão no serviço diplomático no estrangeiro e outros ausentes), 1 ajudante de línguas, 2 ajudantes (um deles em Berlim) e 2 porteiros e guarda-livros (ALMANACH, 100-101).

Nos Negócios Estrangeiros estavam-lhe subordinados, a nível endógeno, as legações diplomáticas portuguesas no estrangeiro, como Madrid, Paris, Roma, Nápoles, Londres, Haia, Copenhaga, Berlim, Estocolmo, São Petersburgo, Viena de Áustria, Sardenha e as Cidades Hanseáticas (ALMANACH, 46-47), os consulados e viceconsulados (ALMANACH, 479-482) e, ainda, a Inspeção-Geral do Correio. Ao nível exógeno, contam-se em primeiro lugar as comunicações com os Soberanos e ministros estrangeiros e, depois, com o corpo diplomático na corte de Lisboa.

Por outro lado, importa referir que no âmbito dos negócios da Guerra estavam na dependência desta Secretaria de Estado diversos organismos, cada um deles com o respectivo de pessoal adstrito, como o Conselho da Guerra, órgão de natureza consultiva com *atribuições de gestão logístico-militar e jurisdicional, como seja a conservação de fortalezas e arsenais, provimento de postos militares, negócios relativos à expedição de tropas e julgamento das causas relativas aos militares* (SUBTIL, 1993:180-181).

Depois, o corpo militar das três armas, da metrópole e do ultramar, composto por Estado Maior, Corpo de Oficiais, o Real Corpo de Engenheiros, o Governador Armas da Corte e Província da Extremadura, com seu corpo militar adjunto, o Governador e Capitão-general do Reino do Algarve, os Governadores de Armas das Províncias do Alentejo, Beira, Minho, Trás-os-Montes, Partido do Porto e os Governadores de Armas de praças e fortalezas. Na dependência da SENEG estava também a Junta dos Três Estados, criada em 1643, a quem competia administrar os fundos necessários à manutenção de todo o aparelho militar (SUBTIL, 1993:181-182; IANTT, 1999:147-152), a Junta do Arsenal Real do Exército (uma pesada máquina burocrática criada pelo alvará de 12 de Janeiro de 1802), a Junta do Arsenal Real de Artilharia e depósito de Armas e Munições de Guerra da Cidade do Porto (criado pelo decreto de 12 de Julho de 1802), os hospitais militares e o Arquivo Militar (criado pelo decreto de 4 de Setembro de 1802).

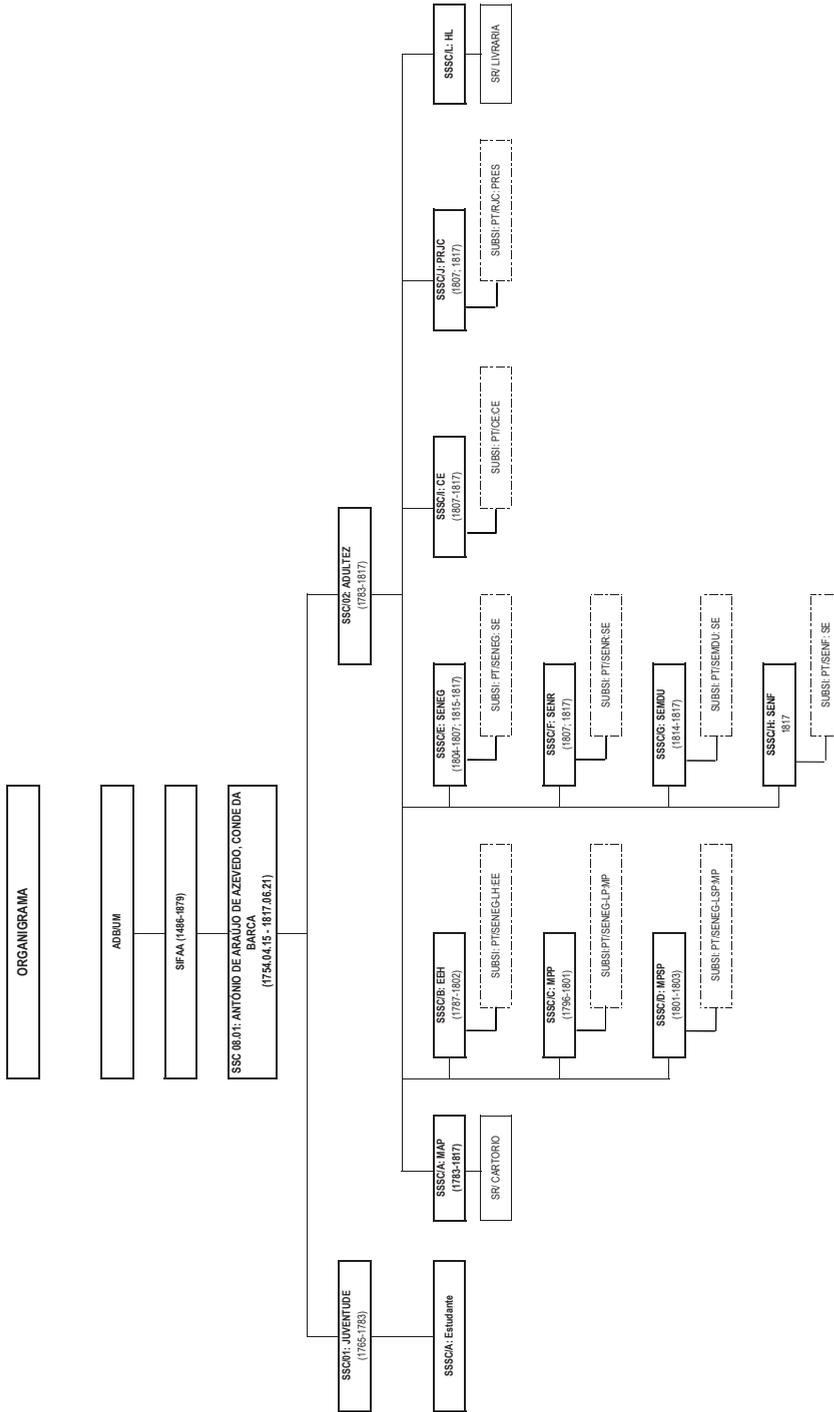
A partir de 1808 e até 1821, a Secretaria de Estado, no Brasil, manterá também comunicações constantes com a Regência do Reino estabelecida em Lisboa (MARQUES, 1989).

2.1. A nomeação de António de Araújo e as suas competências (1804-1808)

António de Araújo de Azevedo foi nomeado para Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra por aviso do conde de Vila Verde datada de 6 de Junho de 1804 (ADB/UM-1.2.1.4) e liderará o ministério durante a turbulenta crise diplomática que envolveu a Inglaterra e a França. Acompanhará a corte para o Rio de Janeiro nessas funções e só requer a exoneração de funções à chegada ao Rio de Janeiro (ANRJ-Secção Histórica, Coleção 15, livro 1, fl. 1v.). Mais tarde, regressa ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, com certeza, depois de 24 de Janeiro de 1817, em substituição do marquês de Aguiar. Todavia, a vasta documentação existente no seu arquivo relacionada com o expediente desta secretaria leva-nos a crer que António de Araújo esteve incumbido interinamente da secretaria desde a morte do conde das Galveias, ocorrida a 18 de Janeiro de 1814, ou então que coadjuvou o marquês de Aguiar no exercício destas funções. Exerceu funções até à sua morte em 21 de Junho de 1817.

As comunicações a montante legitimam o exercício do poder do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, na medida em que têm como principal interlocutor o Príncipe Regente (v. quadro 2). A comunicação é assegurada por diversas vias: em primeiro lugar, através de contactos directos com o Soberano; depois, recorrendo a intermediário como o secretário particular do Príncipe Regente ou o ministro do Reino, que nestes anos acumulava com o cargo de Ministro Assistente ao Despacho.

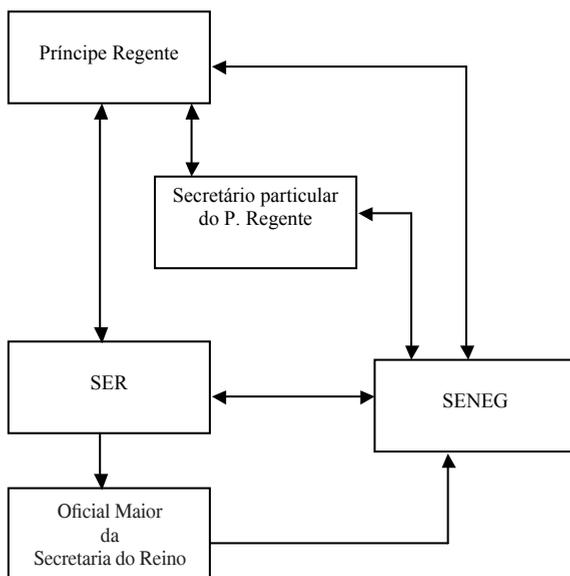
As notas do Príncipe Regente, escritas pelo seu próprio punho, referentes ao ano de 1807, constituem um instrumento que possibilita ao soberano exercer directamente a sua autoridade sobre o SENEG, mas manifestam também uma certa afectividade pois é sabido que o soberano raramente escreve cartas pelo próprio punho. O conde



Quadro 1 – SIFAA/Estrutura da SSC 08.01 – Antônio de Araújo de Azevedo, Conde da Barca (1754-1817)

de Vila Verde diria, mais tarde, a António de Araújo que *S. A. R. lê sempre as suas cartas* (ADB/UM-1.2.2.8). Os assuntos contidos nesta correspondência estão exclusivamente ligados ao despacho de gabinete como, por exemplo, quando o Príncipe informa o seu Ministro do resultado das conversações que manteve, a 26 de Outubro de 1807, com o ministro de Inglaterra, salientando que *faço estas regras para seu governo* ou, mais tarde, já em 1816, quando aprova documentação que subiu do expediente da Secretaria de Estado nos seguintes termos:

aprovo o officio incluzo e lembro a António de Araújo se o marques não seria próprio para o unir a Navarro no negócio que hontem quando me despedi lhe fallei, estou certo que António de Araújo me ha de proporcionar hum meio de eu conseguir quanto antes o que eu tanto dezejo (ADB/UM-1.2.2.32).



Quadro 2 - Comunicações a montante (1804-1808)

Também por outras vias, o Príncipe Regente exerceu a sua autoridade, nomeadamente, quando desencadeou o processo através de ordem verbal dada ao seu secretário particular José Egídio Álvares de Almeida, futuro marquês de Santo Amaro. A correspondência de José Egídio trata de diversificados assuntos como as audiências para despacho; a recepção de cartas de Araújo; a remessa das pastas da Real Assinatura para *lhes dar o seu devido expediente*; a ordem do Regente para serem apresentados os uniformes do exército, o despacho de pretensões de militares; a remessa de cartas patentes e credenciais devidamente assinadas (BARREIROS, 1962).

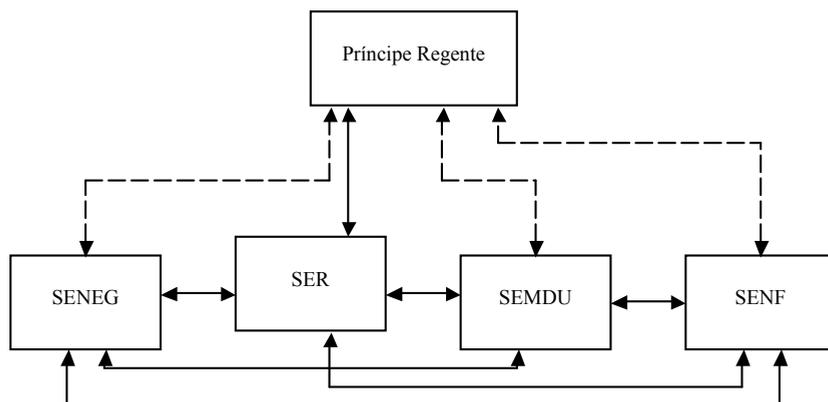
Também se denota o uso de outras vias pelo Regente, nomeadamente quando recorre aos préstimos dos seus validos mais próximos, e mesmo independentes do aparelho político-administrativo, como é o caso de Francisco José Rufino de Sousa Lobato, futuro visconde de Vila Nova da Rainha, que a bordo da nau Príncipe Real dá ordem (em nome do Soberano) para mandar embarcar os dois regimentos do Porto em lugar do regimento de Peniche (ADB/UM-1.2.4.10).

Este não é um caso isolado, pois nos primeiros anos do Brasil, verificar-se-á a convocatória para o Conselho de Estado pela mesma via (RODRIGUES, 2007b).

Mas, o canal de comunicação principal entre o Príncipe e o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra ocorre por intermédio do ministro do Reino, conde de Vila Verde. Entre os anos de 1804 e 1806, Vila Verde parece ter acompanhado sempre o Regente nos seus itinerários por Queluz, Salvaterra de Magos e Vila Viçosa, enquanto que António de Araújo permanecia em Lisboa, subindo apenas à presença do Soberano para despacho, provavelmente, uma vez por semana. A extensa série de cartas e avisos do conde de Vila

Verde, escrita entre Julho de 1804 e Novembro de 1806, deixa antever que é a este elemento quem coordena o gabinete ministerial ao promover o influxo informacional das Secretarias de Estado para o Príncipe. Devem ser interpretadas como o veículo dos documentos que conheceram tramitação nos expedientes das duas Secretarias de Estado, e por esse motivo o seu surgimento só ocorre quando algum acto oficial assim o exige. As cartas não devem consideradas como cartas oficiais, pois não foram registadas nos livros da Secretaria de Estado, nem tão pouco são lavradas segundo rígidos formulários. Revelam, antes, uma grande informalidade, sancionada pelo tratamento de “amigo”, sendo também esta característica aquilatada no tratamento das pessoas referidas nos textos que nunca são acompanhadas dos cargos que possuem. Todavia, o seu valor informativo outorga-lhes uma inegável importância para se compreender os fluxos informacionais descendente e ascendente. Por outro lado, os avisos seguem as linhas protocolares pré-estabelecidas e, como tal, são documentos jurídicos, devidamente registados nos livros do expediente da Secretaria do Reino.

O conde de Vila Verde é o intermediário privilegiado que faz subir à presença régia a mala da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra, possibilitando ao Regente a leitura dos ofícios dos diplomatas portugueses, os requerimentos e as representações de elementos do corpo militar português (v. Quadro 3). É também o Ministro do Reino o responsável pelo reencaminhamento do processo no sentido descendente depois de sancionado pelo punho régio, como também a remessa da correspondência e dos processos que conheceram tramitação em outros organismos da Administração Central, como o Erário Régio, a Junta do Comércio ou as Alfândegas (ADB/UM-1.2.2.13). Torna-se possível identificar a documentação que sobe à presença régia, como a mala dos ofícios dos diplomatas portugueses para ser presente ao Soberano e recolher a sua apreciação (ADB/UM-1.2.2.2; 1.2.2.16), os despachos para serem analisados antes de serem assinados e enviados (ADB/UM-1.2.2.6), os pareceres de governadores de Armas e do Conselho da Guerra sobre a promoção de oficiais militares e o provimento de cargos (ADB/UM-1.2.2.7) e, ainda, as minutas de decretos para serem presentes ao Soberano (ADB/UM-1.2.2.12).



Quadro 3 - Gabinete Ministerial (1804-1808): Comunicações a montante e na horizontal

O expediente dos Negócios Estrangeiros

No fluxo descendente, e dentro da estrutura administrativa portuguesa, encontram-se as credenciais de um cargo diplomático bem como as indicações para o desempenho do cargo (ADB/UM-1.2.2.1), o aconselhamento sobre a correspondência e a conduta dos diplomatas portugueses (ADB/UM-1.2.2.15; ADB/UM-1.2.2.6), decisões sobre a atribuição de soldos (ADB/UM-1.2.2.9) e a autorização para a remessa de armamento do Arsenal Real do Exército para a Madeira (ADB/UM-1.2.2.4).

A nível exógeno, registam-se comentários às intenções dos diplomatas estrangeiros em Lisboa (ADB/UM-1.2.2.6), ao cerimonial de recepção a embaixadores estrangeiros (ADB/UM-1.2.2.5) e respectivas audiências (ADB/UM-1.2.2.9; 1.2.2.10), a remessa de minutas de cartas para Soberanos, ministros estrangeiros e para o Papa (ADB/UM-1.2.2.5; 1.2.2.11; 1.2.2.13).

Ainda no sentido descendente, em direitura a António de Araújo, encontrase a correspondência do oficial maior da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, Joaquim Guilherme da Costa Posser, por ordem do seu superior hierárquico, as quais versam assuntos do expediente desta Secretaria (ADB/UM-1.2.2.18).

As comunicações horizontais são pautadas pelo intercâmbio de informações com os colegas do ministério e envolvem correspondência recebida e expedida. Veja-se, por exemplo, a troca de informações com visconde de Anadia, para sustentar uma conspiração que levaria à sublevação do Brasil, bem patente num ofício de 20 de Maio de 1807, que *não se registou por ser matéria de muito segredo*. Mais tarde, com o agravamento da crise política, os dois ministros iniciarão a preparação da partida da corte para o Brasil, o que de certa forma reflecte a tomada de posição do Conselho de Estado, de que ambos faziam parte. Entre estes dois ministros verifica-se também a comunicação de processos, como por exemplo o da questão Bonafous et Sauvaget, referente à apreensão no Rio de Janeiro de mercadorias pertencentes a negociantes franceses em Lisboa, e, ainda, o processo relativo a Pascoal Turry, côsul de França em Faro, que foi preso por desavenças com o Meirinho da Superintendência dos Tabacos e Alfândegas do Algarve.

Na imediata dependência do Ministro e Secretário de Estado estava, antes de mais, a secretaria, sendo esta simultaneamente produtora e receptora de informação, ascendente, descendente e horizontal, como temos visto. É no expediente da secretaria que se assiste à preparação de cartas do Príncipe Regente para o Príncipe da Paz (ADB/UM-1.1.5.1), para o Imperador da Rússia (ADB/UM-1.1.5.2), as quais foram conservadas no arquivo particular do Ministro sob a forma de minutas escritas pelo seu próprio punho ou com correções e aditamentos autógrafos. No normal funcionamento do expediente da secretaria são, também, trasladados para copiadores diversos ofícios ou realizadas súmulas dos ofícios mais importantes que entraram na secretaria. É o caso do copiador, referente aos anos de 1804 e 1808, que contém as súmulas dos despachos e ofícios de e para os embaixadores portugueses em Londres, Madrid, São Petersburgo, Paris; para o ministro francês das Relações Exteriores, para o ministro inglês dos Negócios Estrangeiros, para o ministro Russo, para o ministro da Rússia em Londres, para Silvestre Pinheiro Ferreira, em Berlim, e para Francisco Caillé de Guine em Madrid (ADB/UM-1.1.3.2.); o copiador contendo ofícios e cartas do Ministro para Caillé, Talleyrand, Czartorinsky e Príncipe da Paz, bem como umas “Reflexões” a um ofício de D. Domingos de Sousa Coutinho (ADB/UM-1.1.3.3); e um outro contendo extractos de despachos de António de Araújo para diversas legações portuguesas no estrangeiro (ADB/UM-1.1.3.4).

Na secretaria são concebidos os despachos, muitas vezes autógrafos do próprio ministro, para a legação de Londres liderada por D. Domingos António, para Paris que contou sucessivamente com D. José Maria de Sousa (ADB/UM-1.1.4.2), D. Lourenço de Lima (ADB/UM-1.1.4.7), com o secretário da legação Francisco José Maria de Brito (ADB/UM-1.1.4.8) e com Fernando José Álvares, encarregado de negócios. Também a embaixada do marquês de Marialva, discutida em Conselho de Estado, conhece tramitação pela SENEG e no seu expediente se trata das respectivas cartas credenciais (ADB/UM-1.1.1.2), cartas patentes (ADB/UM-1.1.2.1), instruções ostensivas (ADB/UM-1.1.4.4) e secretíssimas (ADB/UM-1.1.1.1), todas elas minutadas por António de Araújo. Para Madrid, seguiram os despachos para o conde da Ega escritos a partir de Queluz, de Mafra, da Ajuda e de Belém, entre 1805 e 1807 (ADB/UM-1.1.4.5), e para São Petersburgo, para Rodrigo Navarro de Andrade, entre 1806 e 1807 (ADB/UM-1.1.4.6).

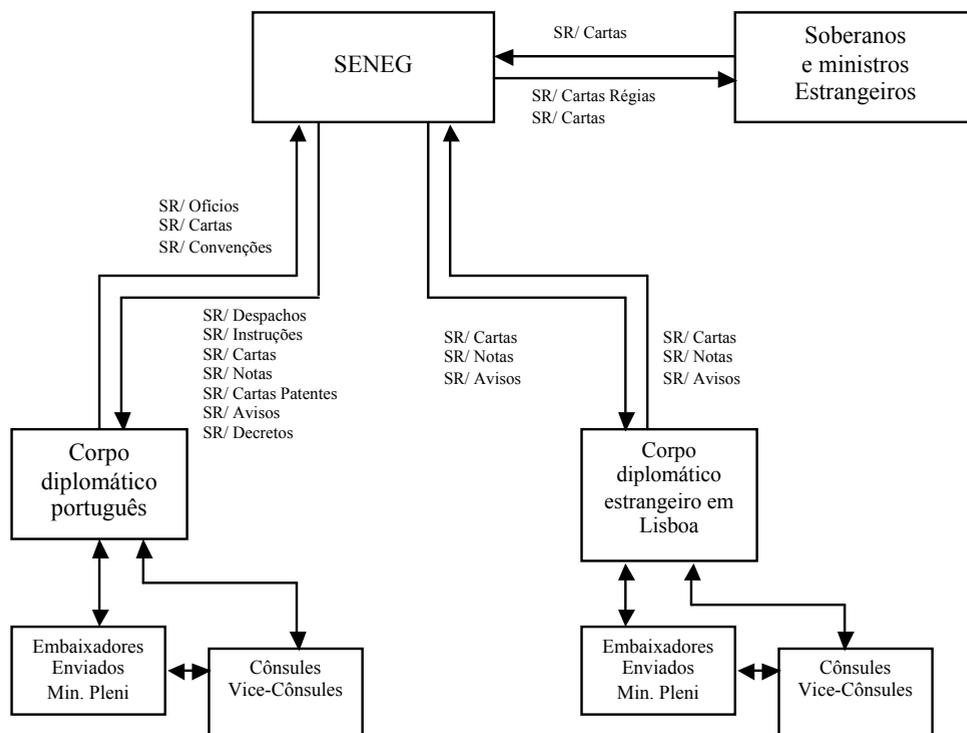
Também para o corpo diplomático estrangeiro em Lisboa foram concebidos diversos ofícios e notas: para os representantes britânicos como Lord Robert Fitzgerald (ADB/UM-1.1.6.1), Sir James Gambier (ADB/UM-1.1.6.2), Lord Strangford (ADB/UM-1.1.6.3), como também para o embaixador francês JeanAndoche Junot (ADB/UM-1.1.5.3), sendo que neste caso é conservado, também, o copiador de correspondência expedida e recebida (ADB/UM-1.1.3.1). Na ausência de Junot, a legação francesa foi assegurada pelo encarregado de negócios Rayneval, para o qual António de Araújo dirigiu diversa correspondência (ADB/UM-1.1.6.4).

A jusante do SENEG e a nível endógeno (ver Quadro 4), encontra-se o corpo diplomático português, distribuído por várias legações, sendo de destacar, também, as embaixadas extraordinárias e, ainda, as comissões de serviço no estrangeiro sem carácter diplomático. Da legação em Londres, liderada pelo embaixador D. Domingos de Sousa Coutinho, futuro conde e marquês de Funchal, chegam à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros diversos ofícios numerados e profusamente documentados com cópias de cartas do referido diplomata para ministros ingleses e do governo inglês para o mesmo diplomata. Para além disso, consta um conjunto de diversos documentos soltos, que supostamente foram apartados do documento matriz: a cópia da nota de D. Domingos para George Canning; cópias de correspondência do ministério britânico para o embaixador português; cópias

de acordos entre as duas partes (ADB/UM-1.2.5.12) e diversa documentação sobre os bens dos portugueses em Inglaterra (ADB/UM-1.3.16).

Da legação de Paris, chegavam os ofícios de D. José Maria de Sousa, o morgado de Mateus, contendo cópias das notas de Talleyrand para o diplomata português acerca da retirada de Lannes de Portugal (ADB/UM-1.2.4.1) e uma convenção pela qual a França reconhece a neutralidade de Portugal na presente guerra a troco de uma indemnização pecuniária de 16 milhões de cruzados (ADB/UM-1.4.1). Depois, durante a enviatura de D. Lourenço de Lima, que teve por objectivo cumprimentar o Imperador dos Franceses, regista-se o mesmo fluxo informacional, muito embora António de Araújo só tenha conservado no seu arquivo particular alguns extractos dos ofícios daquele diplomata (ADB/UM-1.2.5.5). Também do secretário desta legação Francisco José Maria de Brito se encontram diversos ofícios que, na sua maior parte, foram decifradas na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (ADB/UM-1.2.5.4), e, ainda, as cartas de Fernando José Álvares, encarregado de negócios em Paris depois da partida de D. Lourenço de Lima (ADB/UM-1.2.2.22).

Por seu lado, da legação em Madrid, assiste-se a documentação resultante das missões de Cipriano Ribeiro Freire e do conde da Ega. Seguindo a prática instituída, António de Araújo de Azevedo comunicou a Cipriano Ribeiro Freire o ter sido nomeado para ministro dos Negócios Estrangeiros e, ao mesmo tempo, ordenou que, logo que a corte de Madrid tomasse resolução ulterior sobre o reconhecimento do novo Imperador dos franceses, o diplomata deveria avisar S. A.R. sem perda de tempo (ADB/UM-1.1.4.1).



Quadro 4 - Os Negócios Estrangeiros (1804-1808)

A partir de 1805, a missão de Madrid, passa a ser liderada pelo conde da Ega, e, nos dois anos ulteriores, verificou-se um abundante fluxo de ofícios numerados (ADB/UM-1.2.5.11) em direcção ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, comunicou abundantemente com o seu superior hierárquico. Pela via de Madrid chegavam, também, à Secretaria de Estado, as cartas do embaixador de França em Madrid, o general Bernouville, datadas de 1804 e 1805 (ADB/UM-1.2.2.3), e as cartas de Francisco Cailh  de Guine, espço ao serviço da coroa portuguesa (ADB/UM-1.2.2.14).

Já no tempo do Brasil, António de Araújo desempenhando interinamente o cargo de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Assim, foi o responsável pela nomeação da legação portuguesa ao Congresso de Viena, recebendo amiudadamente as notícias do desenvolvimento das negociações por cartas particulares do conde de Palmela, António de Saldanha da Gama, depois conde de Porto Santo (ADB/UM-1.2.2.28), Joaquim José Lobo da Silveira, futuro conde da Oriola (ADB/UM-1.2.2.29), e pelos secretários Francisco José Maria de Brito, Ambrósio Joaquim dos Reis (ADB/UM-1.2.2.7) e Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa (ADB/UM-1.2.2.30). Dessa via de comunicação restou também variada documentação sobre a abolição do tráfico de escravos, como a cópia do tratado assinado pelos plenipotenciários portugueses em Viena a 22 de Janeiro de 1815 que se refere aos prejuízos sofridos pelos portugueses e à indemnização de 3000 mil libras (ADB/UM-1.4.3), o fragmento de uma nota relativa às negociações entre portugueses e ingleses sobre a abolição do tráfico dos escravos (ADB/UM-1.3.17), um memorial relativo aos prejuízos sofridos pelos portugueses devido à acção dos cruzadores ingleses (ADB/UM-1.3.18), e uma nota sobre o trato dos escravos que faziam no Rio Zaire os ingleses e os franceses (ADB/UM-1.3.15).

Mas, também de comissões de serviço esporádicas se ocupou a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Em 1804, Silvestre Pinheiro Ferreira partiu para a Alemanha com a missão de contratar um grupo de espingardeiros para virem a Portugal montar uma fábrica. O oficial da secretaria encarregue da negociação remeterá diversos ofícios para Araújo, alguns deles com anexos, como cartas e o contrato original que foi celebrado a 2 de Setembro de 1806 com os espingardeiros (ADB/UM-1.2.5.1).

Ao nível exógeno, os Negócios Estrangeiros compreendiam a correspondência recebida do corpo diplomático e dos cônsules estrangeiros em Portugal. Aí encontram-se cartas, notas e ofícios dos representantes de S. M. B. em Lisboa como Lord Robert Fitzgerald, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Grã-Bretanha em Lisboa, entre 1805 e 1806 (ADB/UM-1.2.4.4); Lord George Rosslyn, iniciada em Saint James a 9 de Agosto de 1806, e terminada em Lisboa a 20 de Setembro de 1806 (ADB/UM-1.2.4.5); Lord Saint Vincent para António de Araújo, todas escritas a bordo do “Hibernian” ao largo de Lisboa entre Agosto e Outubro de 1806 (ADB/UM-1.2.4.6); Sir James Gambier, cônsul-geral, entre Fevereiro de 1806 e 1807 (ADB/UM-1.2.4.7); de Lord Strangford, em 1806 e 1807 (ADB/UM-1.2.4.8), algumas delas com anexos como cartas, requerimentos e processos dos súbditos ingleses em Portugal; e uma carta do contra-almirante Sir Sidney Smith informando que tinha ordens para bloquear o Tejo com a sua esquadra (ADB/UM-1.2.2.24).

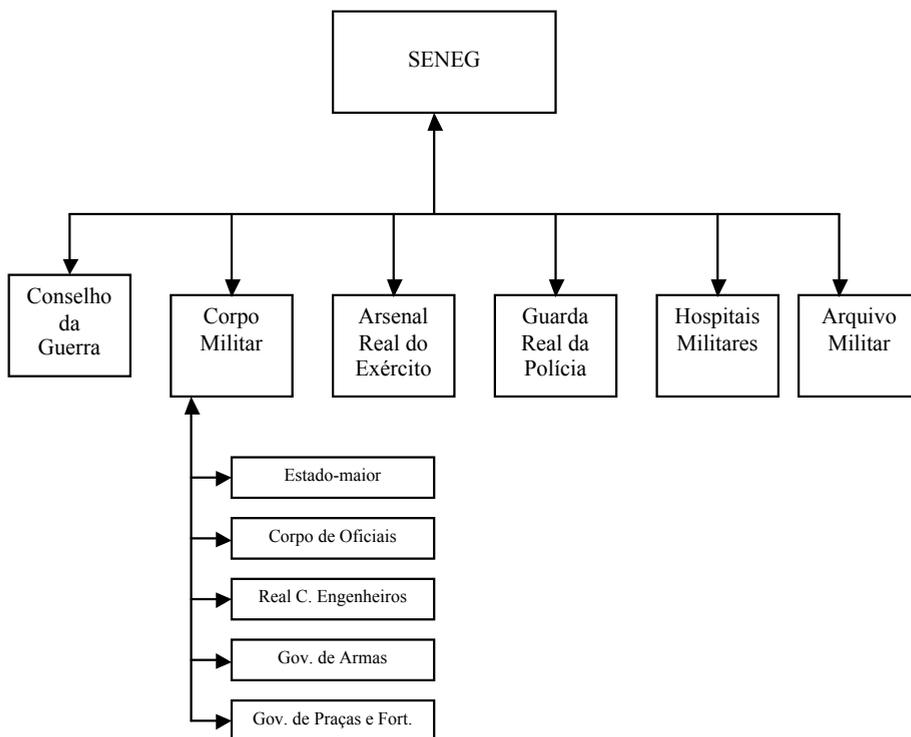
Também nos tempos do Rio de Janeiro se regista o influxo de diversas notas de Chamberlain, encarregado de negócios da Grã-Bretanha, para o conde da Barca, escritas entre 10 de Janeiro e 21 de Junho de 1817, que, na sua maioria, são relativas à saída de paquetes ingleses para a Europa (ADB/UM-1.2.4.12).

Da embaixada de França, sobem à presença do ministro a correspondência do embaixador Junot, a qual é composta de cartas, notas, ofícios referentes aos anos de 1805 e 1807 (ADB/UM-1.2.5.3); as notas de Serrurier, comissário geral das relações comerciais e encarregado dos negócios (ADB/UM-1.2.4.2); e as notas de Rayneval, encarregado de negócios de França depois da retirada de Junot, datadas de 1805 e 1807 (ADB/UM-1.2.4.9).

Refira-se que, entre 1804 e 1807, António de Araújo desempenhou, também, as funções de Inspector do Correio Geral retomando a questão da normalização dos correios entre Portugal e Espanha, dialogando com o conde de Campo Alange (ADB/UM-1.2.4.3). Para tal, recuperou o processo da correspondência trocada, em 1799, entre Luís Pinto de Sousa e o seu homólogo duque de Frias e Ucedas, existente na SENEG.

O expediente da Guerra

Por outro lado, do expediente da Guerra (ver Quadro 5), conservam-se no arquivo de António de Araújo de Azevedo diversos copiadores mistos contendo despachos e ofícios de e para a Junta da Administração Central dos Hospitais militares, referentes a 21 de Outubro e 26 de Novembro de 1807 (ADB/UM-1.2.3.3). Mas, também, encontram-se outros copiadores contendo, apenas, ofícios recebidos dos governadores de armas Florêncio José Correia de Melo, general Sepúlveda, Gonçalo Pereira Caldas, conde Monteimor (ADB/UM-1.2.5.7); e do marquês de Alorna (ADB/UM-1.2.3.1).



Quadro 5 - O expediente da Guerra (1804-1808)

Os preparativos para a defesa do Reino, em 1807, provocam o influxo de diversificada documentação como memórias dos governadores de praças sobre o estado do armamento (ADB/UM-1.3.2) e as movimentações de corpos militares (ADB/UM-1.3.12). Neste âmbito são de salientar a diversa correspondência avulsa e outras memórias dos governadores de armas da província da Extremadura (ADB/UM-1.2.5.10), da Província do Minho (ADB/UM-1.2.5.8), do Partido do Porto (ADB/UM-1.2.5.9), de Trás-os-Montes (ADB/UM-1.2.5.6), da Beira (ADB/UM-1.2.5.7), do Alentejo (ADB/UM-1.2.2.19).

A defesa de Lisboa, por si só, foi alvo de intensas reuniões, das quais brotaram documentos como cartas (ADB/UM-1.2.2.23), assentos de conferências (ADB/UM-1.3.11), pareceres e apontamentos (ADB/UM-1.3.1), projectos de estratégias militares e representações (ADB/UM-1.3.13).

Mas, também se discutiu o apronto das milícias do Entre Douro e Minho, tendo, muito provavelmente, o governador de Armas locais sido o responsável pela remessa de mapas das revistas passadas aos regimentos de Barcelos, Vila do Conde, Braga, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo, Guimarães, Ponte da Barca e de Basto (ADB/UM-1.3.3-1.3.10).

Finalmente, em 1815, chega às mãos do Ministro um processo remetido pela Regência do Reino referente aos ofícios trocados entre D. Miguel Pereira Forjaz e o Marechal Beresford a propósito do estatuto dos oficiais ingleses no seio do exército português (ADB/UM-1.2.3.4), bem como sobre o Conselho de Guerra a que foi submetido o coronel Cox sob a acusação de ter abandonado Almeida ao inimigo em 1810 (ADB/UM-1.2.3.5).

Do Conselho da Guerra, liderado pelo marquês de Angeja, sobe à presença do ministro a carta do marechal Beresford participando que, devido às dificuldades criadas pela Regência do Reino, estava disposto a empreender a viagem para o Brasil (ADB/UM-1.2.2.31).

FONTES

1. ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA/UNIVERSIDADE DO MINHO-Sistema de Informação Família Araújo de Azevedo *Subsistema Ministro e Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra*

1.1. Série 01: Correspondência Expedida

1.1.1. Subsérie 01.01: Cartas Credenciais

- 1.1.1.1. *Carta credencial do Príncipe Regente para o Imperador dos Franceses informando ter nomeado o marquês de Marialva para embaixador em Paris. Minutada por António de Araújo.* 1807. 10. 28. (Caixa 32, doc. 88).
- 1.1.1.2. *Carta credencial do Príncipe Regente para o Imperador nomeando Francisco José Maria de Brito para secretário da embaixada do marquês de Marialva. Minutada por António de Araújo.* 1807. 10. 28. (Caixa 32, doc. 86).

1.1.2. Subsérie 01.02: Cartas Patentes

- 1.1.2.1. *Carta patente do Príncipe Regente nomeado o marquês de Marialva seu embaixador extraordinário junto do imperador dos franceses com poderes para concluir, assinar e ratificar qualquer tratado com a França. Minutada por António de Araújo.* 1807.11.10 (Caixa 32, doc. 89).

1.1.3. Subsérie 01.03: Copiadores

- 1.1.3.1. *Copiador da correspondência de António de Araújo, SENEG, com o general Junot.* 1805. (Caixa 32, doc. 24).
- 1.1.3.2. *Copiador da SENEG, contendo despachos e ofícios para os embaixadores portugueses em Londres, Madrid, São Petersburgo, Paris; o ministro francês das Relações Exteriores, o ministro inglês dos Negócios Estrangeiros, o ministro Russo, o ministro da Rússia em Londres, Silvestre Pinheiro Ferreira, em Berlim, e Francisco Caillé de Guine, em Madrid.* 1804-1806. (Caixa 33, doc. 1).
- 1.1.3.3. *Copiador de correspondência expedida para Caillé, Talleyrand, Czartorinsky e Príncipe da Paz, bem como umas "Reflexões" a um ofício de D. Domingos de Sousa Coutinho.* 1804-1807. (Caixa 32, doc. 80).
- 1.1.3.4. *Copiador dos despachos do SENEG para D. Domingos de Sousa Coutinho, Rodrigo Navarro de Andrade, D. Lourenço de Lima, conde da Ega e João Paulo Bezerra.* 1804-1807. (Caixa 32, doc. 81).

1.1.4. Subsérie 01.04: Despachos

- 1.1.4.1. *Despacho de António de Araújo para Cipriano Ribeiro Freire.* Queluz, 1804. 06. 06. (Caixa 27, doc. 88).
- 1.1.4.2. *Despacho de António de Araújo para D. José Maria de Sousa.* Queluz, 1804. 06. 06. (Caixa 29, doc. 104).
- 1.1.4.3. *Despacho de António de Araújo contendo as instruções secretíssimas para o marquês de Marialva para evitar a pretensão dos franceses de introduzirem tropas em Portugal.* 1807. 11. 10. (Caixa 32, doc. 90).
- 1.1.4.4. *Despacho de António de Araújo contendo as instruções para o marquês de Marialva se apresentar em Paris para tratar de negociar uma aliança com as duas potências, declarando levar plenos poderes para o fazer.* 1807. 11. 10. Minuta do aditamento às instruções de António de Araújo. 1807. 11. 15. (Caixa 32, doc. 91).
- 1.1.4.5. *Despachos de António de Araújo para o conde da Ega.* 1805-1807. (Caixa 27, doc. 108 – doc. 136).
- 1.1.4.6. *Despachos de António de Araújo para Rodrigo Navarro de Andrade.* 1806-1807. (Caixa 27, doc. 92 – doc. 94).
- 1.1.4.7. *Despachos de António de Araújo para D. Lourenço de Lima.* 1806 1807. (Caixa 29, doc. 109 – doc. 121).
- 1.1.4.8. *Despachos de António de Araújo para Francisco José Maria de Brito.* 1807. 03. 19. (Caixa 30, doc. 1 – doc. 2).

1.1.5. Subsérie 01.05: Minutas de cartas

- 1.1.5.1. *Carta (minuta de) do Príncipe Regente para o Príncipe da Paz, felicitando-o pelas graças que o rei de Espanha lhe tinha concedido.* Mafra, 1807. 03. 07. (Caixa 32, doc. 77).
- 1.1.5.2. *Carta (minuta de) do Príncipe Regente ao imperador da Rússia felicitando-o por ter contribuído para o estabelecimento da paz no continente.* Mafra, 1807. 03. 20. (Caixa 32, doc. 66).
- 1.1.5.3. *Cartas (minutas das) de António de Araújo para o general Junot.* 1806 - 1807. (Caixa 32, doc. 15 – doc.16).

1.1.6. Subsérie 01.06: Minutas de notas

- 1.1.6.1. *Notas de António de Araújo para Lord Robert Fitzgerald.* 1806, Outubro. (Caixa 30, doc. 17).
- 1.1.6.2. *Nota de António de Araújo para Sir James Gambier.* Mafra, 1807. 10. 03. (Caixa 31, doc. 51).
- 1.1.6.3. *Notas de António de Araújo para Lord Strangford.* 1807, Outubro/ Novembro. (Caixa 31, doc. 2 – doc. 16).
- 1.1.6.4. *Notas de António de Araújo para Rayneval.* 1807.08.28 – 1807.10.05. (Caixa 32, doc. 1 – doc. 12).

1.2. Série 02: Correspondência Recebida

1.2.1. Subsérie 02.01: Avisos

- 1.2.1.1. *Aviso do conde de Vila Verde para António de Araújo de Azevedo.* 1804.06.06. (Caixa 46, doc. 15).
- 1.2.1.2. *Aviso de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para António de Araújo.* Rio de Janeiro, 1808. 03. 24. (Caixa 37, doc. 58).
- 1.2.1.2. *Aviso de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para António de Araújo.* Paço [do Rio de Janeiro], 1808. 06. 02. (Caixa 37, doc. 62).
- 1.2.1.4. *Aviso de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para António de Araújo.* Palácio de Santa Cruz, 1809. 09. 20. (Caixa 37, doc. 81).

1.2. Subsérie 02.02: Cartas

- 1.2.2.1. *Carta do Conde de Vila Verde para António de Araújo*. Mafra, 1804. 07. 14. (Caixa 26, doc. 5).
- 1.2.2.2. *Carta do Conde de Vila Verde para António de Araújo*. Mafra, 1804. 10. 21. (Caixa 26, doc. 7).
- 1.2.2.3. *Cartas do general Bernouville para António de Araújo*. 1804 - 1805. (Caixa 32, doc. 52 – doc. 53).
- 1.2.2.4. *Carta do Conde de Vila Verde para António de Araújo*. 1805. 01. 10 [s.l.]. (Caixa 26, doc. 19).
- 1.2.2.5. *Carta do Conde de Vila Verde para António de Araújo*. 1805. 02. 15. (Caixa 26, doc. 21).
- 1.2.2.6. *Carta do Conde de Vila Verde para António de Araújo*. Salvaterra de Magos, 1805. 02. 17. (Caixa 26, doc. 23).
- 1.2.2.7. *Carta do Conde de Vila Verde para António de Araújo*. Salvaterra de Magos, 1805. 02. 26. (Caixa 26, doc. 26).
- 1.2.2.8. *Carta do conde de Vila Verde para António de Araújo*. Salvaterra de Magos, 1805. 02. 28. (Caixa 26, doc. 27).
- 1.2.2.9. *Carta do Conde de Vila Verde para António de Araújo*. Salvaterra de Magos, 1805. 04. 19. (Caixa 26, doc. 30).
- 1.2.2.10. *Carta do Conde de Vila Verde para António de Araújo*. Salvaterra de Magos, 1805. 04. 21. (Caixa 26, doc. 31).
- 1.2.2.11. *Carta do Conde de Vila Verde para António de Araújo*. 1805. 05. 26. (Caixa 26, doc. 34).
- 1.2.2.12. *Carta do Conde de Vila Verde para António de Araújo*. Porcalhota, 1805. 06. 12. (Caixa 26, doc. 35).
- 1.2.2.13. *Carta do Conde de Vila Verde para António de Araújo*. Porcalhota, 1805. 07. 12. (Caixa 26, doc. 36).
- 1.2.2.14. *Cartas de Francisco Cailhé de Guine para António de Araújo*. 1805, Maio - Julho. (Caixa 32, doc. 55 – doc. 63).
- 1.2.2.15. *Carta do Conde de Vila Verde para António de Araújo*. [1805]. (Caixa 26, doc. 16).
- 1.2.2.16. *Carta do Conde de Vila Verde para António de Araújo*. Vila Viçosa, 1806. 01. 20. (Caixa 26, doc. 58).
- 1.2.2.17. *Carta (cópia da) de D. Domingos de Sousa Coutinho para George Canning*, [anexa ao ofício de 1806. 03. 26]. (Caixa 29, doc. 90).
- 1.2.2.18. *Cartas de Joaquim Guilherme da Costa Posser, oficial maior da Secretaria de Estado do Reino, para António de Araújo*. 1806.01.23 – 1806.06.28. (Caixa 26, doc. 138 – doc. 146).
- 1.2.2.19. *Cartas do marquês de Alorna, Governador de Armas da Província do Alentejo, para António de Araújo*. 1806 - 1807. (Caixa 34, doc. 88 – doc. 121).
- 1.2.2.20. *Carta (cópia da) de George Canning para D. Domingos de Sousa Coutinho*. 1807. 09. 12 (Caixa 29, doc. 100).
- 1.2.2.21. *Carta de Gomes Freire de Andrade e Castro para António de Araújo sobre a defesa do Porto de Lisboa remetendo em anexo um mapa com a relação das tropas*. Lisboa, 1807. 10. 18. (Caixa 34, doc. 48).
- 1.2.2.22. *Cartas de Fernando José Álvares para António de Araújo*. Paris, 1807. 10. 20 (Paris), Sévres, 1807. 10. 24. (Caixa 29, doc. 125 – doc. 126).
- 1.2.2.23. *Carta do brigadeiro D. Miguel Pereira Forjaz em que descreve a posição que devem tomar as tropas para a defesa de Lisboa*. 1807. 10. 10. (Caixa 34, doc. 40).
- 1.2.2.24. *Carta do contra-almirante Sir Sidney Smith*. A bordo da nau Hibernian, 1807. 11. 22. (Caixa 34, doc. 22).
- 1.2.2.25. *Carta de Sebastião José de Arriaga Brum da Silveira para António de Araújo de Azevedo*. Fronteira, 1811. 09.24. (Caixa 18, doc. 1,1).
- 1.2.2.26. *Cartas do conde de Palmela para António de Araújo*. 1813.09.30 – 1817.01.09. (Caixa 13, doc. 11,1 – doc. 11,10).
- 1.2.2.27. *Cartas de Ambrósio Joaquim dos Reis para António de Araújo*. 1814-1816 (Caixa 15, doc. 1,15 – doc. 1,35).
- 1.2.2.28. *Cartas de António Saldanha da Gama para António de Araújo*. 1814.09.25 – 1817.02.28. (Caixa 9, doc. 7,1 – doc. 7,20).
- 1.2.2.29. *Cartas de Joaquim José Lobo da Silveira para António de Araújo*. 1814.10.28-1816 (?). (Caixa 17, doc. 10,16 – doc. 10,44).
- 1.2.2.30. *Cartas de Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa para António de Araújo*. 1814.11.23-1815.08.18 (Caixa 13, doc. 19,1 – doc. 19,6).
- 1.2.2.31. *Carta do Marechal Beresford para o marquês de Angeja*. Lisboa, 1815. 07. 15. (Caixa 35, doc. 30).
- 1.2.2.32. *Carta do Príncipe Regente para António de Araújo*. [1816?]. (Caixa 38, doc. 5).
- 1.2.3. Subsérie 02.03: Copiadores**
- 1.1.3.1. *Copiador de correspondência recebida do marquês de Alorna*. 1806-1807. (Caixa 34, doc. 51).
- 1.1.3.2. *Copiador de correspondência recebida*. 1807.10. (Caixa 33, doc. 2).
- 1.1.3.3. *Copiador de correspondência recebida*. 1807.10. (Caixa 34, doc. 50).
- 1.1.3.4. *Copiador dos ofícios trocados entre D. Miguel Pereira Forjaz e o Marechal Beresford a propósito do estatuto dos oficiais ingleses no exército português*. 1814 - Setembro - Novembro. (Caixa 35, doc. 26 – doc. 28).
- 1.1.3.5. *Copiador dos ofícios trocados entre D. Miguel Pereira Forjaz e o Marechal Beresford sobre o coronel Cox*. 1814 - Outubro - Novembro. (Caixa 35, doc. 29).
- 1.2.4. Subsérie 02.04: Notas**
- 1.2.4.1. *Nota (cópia da) de Talleyrand a D. José Maria de Sousa*. 1802. 09. 24. (Caixa 29, doc. 106).
- 1.2.4.2. *Notas de Serrurier, comissário geral das relações comerciais e encarregado dos negócios de França em Lisboa, para António de Araújo*. 1805. (Caixa 32, doc. 25 – doc. 26).
- 1.2.4.3. *Notas do conde de Campo Alange para António de Araújo*. 1805 – 1807. (Caixa 29, doc. 1 – doc. 37).
- 1.2.4.4. *Notas de Lord Robert Fitzgerald para António de Araújo*. 1806. (Caixa 30, doc. 47).
- 1.2.4.5. *Notas de Lord Rosslyn para António de Araújo*. 1806. (Caixa 30, doc. 48 – doc. 64).
- 1.2.4.6. *Notas de Lord Saint Vincent para António de Araújo*. 1806. (Caixa 30, doc. 70–doc. 80).
- 1.2.4.7. *Notas de Sir James Gambier para António de Araújo*. 1806 - 1807. (Caixa 31, doc. 52 - doc. 62).
- 1.2.4.8. *Notas de Lord Strangford para António de Araújo*. 1807. (Caixa 31, doc. 18 – doc. 50).

- 1.2.4.9. *Notas de Rayneval para António de Araújo*. 1806 – 1807. (Caixa 31, doc. 103 – doc. 131).
 1.2.4.10. *Nota de José Rufino de Sousa Lobato para António de Araújo*. A bordo da Nau Príncipe Real, 1807. 11. 28. (Caixa 35, doc. 9).
 1.2.4.11. *Nota do marquês de Aguiar para António de Araújo*. Rio de Janeiro, 1816. 01. 11. (Caixa 35, doc. 31).
 1.2.4.12. *Notas de Chamberlain para António de Araújo*. 1817. (Caixa 39, doc. 30 – doc. 45).

1.2.5. Subsérie 02.05: Ofícios

- 1.2.5.1. *Ofícios de Silvestre Pinheiro Ferreira para António de Araújo*. 1804 - 1807. (Caixa 27, doc. 96 – doc. 106).
 1.2.5.2. *Ofício de Cipriano Ribeiro Freire, Enviado Extraordinário em Madrid, para António de Araújo*. 1805. 06. 06. (Caixa 27, doc. 90).
 1.2.5.3. *Ofícios de Jean-Andoche Junot para António de Araújo*, 1805-1807. (Caixa 32, doc. 13 – doc. 14; doc. 17 – doc. 22).
 1.2.5.4. *Ofícios de Francisco José Maria de Brito para António de Araújo*. 1807 – Abril/ Outubro. (Caixa 30, doc. 3; doc. 9; doc. 11 – doc. 15).
 1.2.5.5. *Ofícios (extractos de) de D. Lourenço de Lima*. 1807 – Julho/ Agosto. (Caixa 29, doc. 123 – doc. 124).
 1.2.5.6. *Ofícios de Manuel José Gomes de Sepúlveda, governador de armas de Trás-os-Montes, para António de Araújo*. 1807 – Setembro/ Novembro. (Caixa 34, doc. 77 - doc. 81).
 1.2.5.7. *Ofícios de Florêncio José Correia de Melo, governador de armas da Província da Beira, para António de Araújo sobre a defesa da província*. 1807 – Outubro/ Novembro. (Caixa 34, doc. 56 – doc. 66).
 1.2.5.8. *Ofícios de Gonçalo Pereira Caldas, governador de armas da Província do Minho, para António de Araújo*. 1807 – Outubro/ Novembro. (Caixa 34, doc. 67 – doc. 76).
 1.2.5.9. *Ofícios de Luís de Oliveira da Costa de Almeida Osório, brigadeiro e governador interino, governador de Armas do Partido do Porto, para António de Araújo*. 1807 – Outubro/ Novembro. (Caixa 34, doc. 53 – doc. 54).
 1.2.5.10. *Ofícios do marquês de Vagos, governador de Armas da corte e Província da Extremadura, para António de Araújo*. 1807 - Novembro. (Caixa 34, doc. 45).
 1.2.5.11. *Ofícios do conde da Ega para António de Araújo*. 1805. 06.03 – 1807.08.02. (Caixa 27, doc. 137 – Caixa 28, doc. 105).
 1.2.5.12. *Ofícios de D. Domingos de Sousa Coutinho para António de Araújo*. 1807.09 (Caixa 29, doc. 72 – doc. 103).

1.3. Série 03: Memórias

- 1.3.1. *Apontamentos para a defesa de oficiais serem empregados na defesa de Lisboa*. [1807]. (Caixa 34, doc. 36).
 1.3.2. *Memórias resumidas do estado actual das baterias que defendem o porto de Setúbal assinada por D. Tomás de Noronha, brigadeiro e governador da praça*. 1807. 09. 04. (Caixa 34, doc. 32).
 1.3.3. *Mapa do armamento e estado do mesmo regimento de Vila do Conde, pelo Sargento-mor, António José Lucas de Sobral*. 1807. 10. 25. (Caixa 34, doc. 28).
 1.3.4. *Mapa do estado do armamento do regimento de milícias dos Arcos, na revista passada em 25 de Outubro de 1807, assinado pelo major graduado José Joaquim Champallimaud*. (Caixa 34, doc. 25).
 1.3.5. *Mapa do estado do regimento de milícias de Viana na revista passada a 25 de Outubro de 1807, assinado pelo tenente-coronel, Félix Pereira da Silva*. (Caixa 34, doc. 27).
 1.3.6. *Mapa do estado do armamento do regimento de milícias de Guimarães, na revista passada a 27 de Outubro de 1807, assinado pelo major graduado, João Baptista de Sousa*. (Caixa 34, doc. 30).
 1.3.7. *Mapa sobre o estado do armamento do regimento de milícias de Barcelos assinado pelo sargento-mor, António José Lucas de Sobral*. Barcelos, 1807. 10. 27. (Caixa 34, doc. 29).
 1.3.8. *Mapa do estado do armamento do regimento de Milícias da Barca, na revista passada em 29 de Outubro de 1807, assinado pelo capitão do 9.º regimento de infantaria de linha, Francisco Xavier Calheiros Bezerra de Araújo*. (Caixa 34, doc. 26).
 1.3.9. *Mapa do estado de armamento do regimento de milícias de Basto, na revista passada em 31 de Outubro de 1807, assinado pelo major graduado, João Baptista de Sousa*. (Caixa 34, doc. 23).
 1.3.10. *Mapa do estado do armamento de milícias de Braga na revista passada a 3 de Novembro de 1807, assinado pelo Major Graduado João Baptista de Sousa*. (Caixa 34, doc. 24).
 1.3.11. *Resultado da conferência feita em 21 de Novembro de 1807 sobre diversos objectos da defesa do Porto de Lisboa*. 1807.11.21. (Caixa 34, doc. 44).
 1.3.12. *Trânsitos que devem seguir os regimentos de infantaria e cavalaria da província de Trás-os-Montes, que vão acantonar-se em Tomar e Torres*. Quartel-general de Bragança, 1807. 11. 22. (Caixa 34, doc. 31).
 1.3.13. *Representação dos comandantes das divisões que guarnecem as margens do Tejo, sobre a defesa de Lisboa*. Assinado por Gomes Freire de Andrade e Francisco da Cunha Meneses. 1807. 11. 23. (Caixa 34, doc. 46).
 1.3.14. *Projecto da posição das tropas para a defesa da margem do norte do Tejo, assinado por D. José Carcome Lobo*. 1807. (Caixa 34, doc. 42).
 1.3.15. *Nota sobre o comércio de escravos que fazem no Rio Zaire os ingleses e franceses*. (Caixa 38, doc. 30).
 1.3.16. *Relação sucinta sobre a situação dos bens portugueses em Inglaterra, referindose aos navios e seus carregamentos apreendidos pelos ingleses depois da adesão de Portugal à causa do continente e às diligências levadas a cabo para serem restituídos aos seus proprietários*. [1815 ?]. (Caixa 37, doc. 56).
 1.3.17. *Apontamento sobre as proposições de Lord Greenville acerca dos negócios de escravos*. [1815 ?]. (Caixa 38, doc. 28).

1.3.18. *Memória sobre os prejuízos sofridos pelos portugueses devido à acção dos cruzadores ingleses*. [1815 ?]. (Caixa 38, doc. 29).

1.4. Série 04: Tratados

1.4.1. *Convenção assinada entre a França e Portugal*. 1804. 03. 19. (Caixa 29, doc. 107).

1.4.2. *Accord (cópia do) entre Son Excellence Mr. Canning et moi* [D. Domingos de Sousa Coutinho]. 1807. 09. 12. (Caixa 29, doc. 102).

1.4.3. *Tratado (Extracto do) assinado no Congresso de Viena contendo as cláusulas referentes à indemnização dos vassallos portugueses [...]*. 1815. (Caixa 38, doc. 27).

2. ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, Secção Histórica, Coleção 15, livro 1, fl. 1v.

2.1. *Decreto de exoneração do cargo de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, solicitado por António de Araújo de Azevedo*. Palácio do Rio de Janeiro, 1808.03.11.

Bibliografia geral

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de (2003) – *A cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*, [s.l.] Livros Horizonte.

BARREIROS, José Baptista (1962) *Correspondência inédita entre o Conde da Barca e José Egidio Álvares de Almeida, secretário particular de El-Rei Dom João VI*, Braga: Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

BELLOTO, Heloisa Liberalli (1999) – *Diplomática luso-brasileira do século XVIII: tipologia dos documentos ascendentes e dos documentos descendentes*, in: “Páginas a&b”, n.º 3, Lisboa: Edições Colibri, pp.19-30.

BRANDÃO, Fernando de Castro (1984) – *Sinopse cronológica de história diplomática portuguesa*, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

BRANDÃO, Raul (1912) – *El-Rei Junot*, Lisboa: Livraria Brasileira (edição facsimilada de Arquimedes Livros).

BRAZÃO, Eduardo (1976) – “A secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, criação de D. João V”, in: *Revista Portuguesa de História*, Coimbra: Faculdade de Letras, Tomo XVI, pp.51-61.

CHAUNU, Pierre (1995) – *A civilização da Europa das Luzes*, Lisboa: Editorial Estampa, 2 vols.

DIAS, Graça e J. S. da Silva (1986) – *Os primórdios da Maçonaria em Portugal*, 2.ª edição, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 2 vols.

DIAS, Silva (1953) – *Portugal e a cultura europeia (sécs. XVI a XVIII)*, in: “Biblos”, volume XXVIII, Coimbra: Universidade.

DURÃES, Margarida (1992) – “No fim, não somos iguais: estratégias familiares na transmissão da propriedade e estatuto social”, in: *Boletim da Associação de Demografia Histórica*, X, 3. (consultado a 22 de Outubro de 2006 no *Repositorium* dos Serviços de Documentação da Universidade do Minho: <http://hdl.handle.net/1822/2839>).

ELIAS, Norbert (1995) – *A sociedade de corte*, 2.ª edição, Lisboa: Editorial Estampa.

FILHO, Eneas Martins (1968) *O Conselho de Estado Português e a transmigração da família real em 1807*, Rio de Janeiro: Ministério da Justiça.

HESPANHA, António Manuel (1994) – *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal – século XVII*, Coimbra, Livraria Almedina.

HOBBSAWM, E. J. (1992) – *A era das Revoluções*, 4.ª edição, Lisboa: Editorial Presença.

IAN/TT (1999) – *Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo. Primeira Parte. Instituições do Antigo Regime. Volume II. Administração Central (2)*. Lisboa: IAN/TT.

INSTITUTO DIPLOMÁTICO (2004) – *Relações Diplomáticas Luso-Russas. Colectânea Documental Conjunta (1722-1815)*, vol. I.

LIMA, Oliveira (1996) – *D. João VI no Brasil*, 3.ª edição, Rio de Janeiro: Topbooks.

MACEDO, Jorge Borges de (2006) *História diplomática portuguesa, constantes e linhas de força: estudo de geopolítica*, 2.ª ed. rev. Lisboa: Tribuna da História/ Instituto de Defesa Nacional, 2006.

MACEDO, Jorge Borges (1990) – *O Bloqueio Continental*, 2.ª edição revista, [s.l.] Gradiva.

MAGALHÃES, José Calvet de (1990) – *Breve história diplomática de Portugal*, Mem Martins: Europa-América.

MARQUES, Fernando Pereira (1989) – *Exército e Sociedade em Portugal no declínio do Antigo Regime e advento do Liberalismo*, Lisboa: Alfa.

MARTINEZ, Pedro Soares (1986) – *História diplomática de Portugal*, Lisboa: Verbo.

MARTINS, Ana Canas Delgado (2007) – *Governação e Arquivos: D. João VI no Brasil*, Lisboa: IAN/TT, 2007.

MELO, Sebastião José de Carvalho e (1986) – *Escritos Económicos de Londres (1741-1742)*, selecção, leitura, introdução e notas de José Barreto, Lisboa: Biblioteca Nacional.

MENESES, Avelino de Freitas de, [s.d.] – *Portugal da Paz da restauração ao Ouro do Brasil*, in: “Nova História de Portugal”, direcção de Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES, vol. VII, Lisboa: Editorial Presença.

MERÊA, Paulo (1964) – “Da minha gaveta. Os secretários de Estado do antigo regímen”, in: *Boletim da Faculdade de Direito*, Coimbra: Universidade de Coimbra, vol. XL, pp. 173-189.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo (1987) – “Notas sobre nobreza, fidalguia e titulares nos finais do Antigo Regime”, in: *Ler História*, n.º 10, Lisboa: Edições Salamandra, Lda.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2003) – *O crepúsculo dos Grandes. A Casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, 2.ª edição revista, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2007) – *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, 2.ª edição, Lisboa: ICS.

NEWITT, Malyn, ROBSON, Martin, (2004) – *Lord Beresford e a intervenção Britânica em Portugal. 1807-1820*, Lisboa: ICS.

- O homem do Iluminismo*, direcção de Michel Vovelle, Lisboa: Editorial Presença, 1997.
- OPTIMA PARS. *Elites iberoamericanas do Antigo Regime*, organização de Nuno Gonçalo Monteiro [et all], Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.
- PEDREIRA, Jorge, COSTA, Fernando Dores (2006) – *D. João VI*, [s.l.], Círculo de Leitores.
- PEIXOTO, Pedro de Abreu (1999) – “A aplicação das ISAD(G) aos arquivos de família”, in: *Páginas ac&b*, n.º 4, Lisboa: Edições Colibri, pp. 55-70.
- PEREIRA, Ângelo (1953) – *D. João VI. Príncipe e Rei. A retirada da Família Real para o Brasil. 1807*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- RAMOS, Luís de Oliveira (2006) – *D. Maria I*, [s.l.], Círculo de Leitores.
- RÉMOND, René (1994) – *Introdução à História do nosso tempo. Do Antigo Regime aos nossos dias*, [s.l.] Gradiva.
- RIBEIRO, Fernanda (2003) – *O acesso à Informação nos Arquivos*, [s.l.] Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2 vols.
- RODRIGUES, Abel (2006) – “O Arquivo do conde da Barca: *Mnemósine* de um Ilustrado”, in: *José Anastácio da Cunha: O Tempo, as Ideias, a Obra e ... os Inéditos*, Braga: ADB/UM, CMAT/UM, CMUP, vol. I, pp. 63-97.
- RODRIGUES, Abel (2007a) – “O Sistema de Informação Família Araújo de Azevedo. Estudo orgânico-funcional aplicado ao Cartório da Casa de Sá”, in: *Actas do 1º Congresso Internacional A Casa Nobre: Um Património para o Futuro*, Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, pp. 85-133.
- RODRIGUES, Abel (2007b) – *Entre o Público e o Privado: a génese do arquivo do conde da Barca (1754-1817)*, Dissertação de Mestrado em História das Instituições e da Cultura Moderna e Contemporânea apresentada ao ICS/UM, 2007.
- RODRIGUES, Abel (2009) – *Sistema de Informação Família Araújo de Azevedo (Arquivo do Conde da Barca), (1486-1879): Estudo orgânico-funcional e catálogo*, Braga, 4 tomos. (Versão policopiada disponível para consulta no ADB/UM).
- ROSSEAU, Jean-Yves, COUTURE, Carol (1998) – *Os fundamentos da disciplina arquivística*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- SAMPAYO, Luiz Teixeira de (1926) – *O Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros (subsídios para o estudo da diplomacia portuguesa)*, Separata de “Arquivo de história e bibliografia”, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- SCHWARCZ, Lília Moritz (2002) – *A longa viagem da biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras.
- SILVA, Armando B. Malheiro da (1997) – “Arquivos de Família e Pessoais. Bases teóricometodológicas para uma abordagem científica”, in: *Arquivos de Família e Pessoais – Seminário*, Vila Real: Associação Portuguesa Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas – Grupo de trabalho Arquivos Família e Pessoais, pp.51-106.
- SILVA, Armando B. Malheiro da (2000) – *Arquivística e Cultura Popular. Algumas notas sobre o binómio Informação e Cultura*, Separata de “Actas do Congresso Cultura Popular”, Fórum Maia, pp. 73-92.
- SILVA, ARMANDO Malheiro da (2006) *A Informação. Da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*, Porto: Edições Afrontamento.
- SILVA, Armando Malheiro da, RIBEIRO, Fernanda (2002) – *Das «ciências» documentais à ciência da informação. Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*, Porto: Edições Afrontamento.
- SILVA, Armando Malheiro da, RIBEIRO, Fernanda, RAMOS, Júlio, REAL, Manuel Luís (1999) – *Arquivística 1. Teoria e prática de uma ciência da informação*, volume 1, Porto: Edições Afrontamento.
- SUBTIL, José Manuel Louzada Lopes (1996) – *O Desembarço do Paço (1750-1833)*, Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- SUBTIL, José, (1993) – “Os poderes do Centro: Governo e Administração”, in: *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, Vol. 4, “O Antigo Regime (1620-1807)”, [s.l.]: Círculo de Leitores, pp. 157-193.
- TORGAL, Luís Reis, ROQUE, João Lourenço (coord.), (1993) – “O Liberalismo (1807-1890)”, in: *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol. V, Círculo de Leitores.
- TREMOCEIRO, Paulo Manuel, JORGE, Teresa Revés Jorge (1999) *Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, Ministério do Reino: Inventário*. Lisboa: IAN/TT.
- VIEIRA, Benedicta Maria Duque (2005) – *A formação da sociedade liberal*, [s.l.] CEHP-ISCTE.